

## O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil

### *Financial capital and land speculation in Brazil*

FÁBIO TEIXEIRA PITTA<sup>1</sup>

MARIA LUISA ROCHA FERREIRA DE MENDONÇA<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo elabora uma análise crítica do processo de reprodução da industrialização da agricultura a partir da crise de acumulação capitalista. Capitais financeiros internacionais de empréstimo fomentaram a internalização da produção de insumos industriais agrícolas no Brasil, em um período que coincide com a crise da dívida externa brasileira na década de 1980. A partir da metade da década de 1990, a retomada dos financiamentos para a rolagem de dívidas promoveu um novo ciclo de industrialização da agricultura. Essa tendência se acentuou nos anos posteriores durante o período de alta dos preços das commodities no mercado internacional e fomentou o aumento da concentração de ativos financeiros na forma de maquinário e terras, gerando um novo ciclo de endividamento para o agronegócio na atualidade. Este processo de crise-acumulação é marcado pela superexploração do trabalho e pelo controle predatório de recursos naturais.

**Palavras-chave:** Industrialização da agricultura, capital financeiro, mercado internacional, crise da dívida.

**Abstract:** This article presents a critical analysis of the reproduction of agriculture industrialization based on the crisis of capital accumulation. International financial capital fomented the production of industrial agricultural inputs in Brazil, stimulating the external debt crisis in the 1980's. In the mid 1990s new financial sources were available to allow debt payments and to promote another phase of agriculture industrialization. This tendency was accelerated during the following period of increasing commodity prices in the international markets, which resulted in larger capital concentration of agricultural assets such as machinery and land that, at the same time, resulted in a new debt cycle for agribusiness in current times. This process of crises-accumulation is marked by labor exploitation and predatory control over natural resources.

**Keywords:** Industrialization of agriculture, financial capital, international market, debt crisis.

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Endereço: Rua Cônego Eugênio Leite, 1068, apto, 71. Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil, CEP: 05414-001. Email: [pitta.fabio@gmail.com](mailto:pitta.fabio@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado pela Capes no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço para correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco F, sala 9.037, Maracanã - CEP: 20550-013, Rio de Janeiro, Brasil. Email: [marialuisam22@gmail.com](mailto:marialuisam22@gmail.com)

Recebido em 20 de maio de 2014  
Received on May 20, 2014.

Aceito em 05 de junho de 2014  
Accepted on June 05, 2014.

DOI 10.12957/rmi.2014.11304

## O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil

A crise econômica mundial que se tornou aparente em 2008 intensificou o papel do capital financeiro no mercado de terras agrícolas no Brasil. A especulação com o mercado de terras tem a função de facilitar a circulação do capital financeiro em um contexto de instabilidade econômica em nível internacional. Essa tendência é estimulada por fundos de investimentos em busca de rendimentos para seus credores e por sistemas de crédito.

O Estado brasileiro se endivida para disponibilizar linhas de crédito subsidiadas para o agronegócio através da negociação de Títulos do Tesouro Nacional no sistema financeiro. Segundo o Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014<sup>3</sup>, no decorrer da última década os montantes destinados ao agronegócio por meio do mecanismo de crédito rural mais do que quintuplicaram, saltando de R\$27 bilhões em 2003/2004 para R\$136 bilhões na safra de 2013/2014.

As empresas do agronegócio se utilizam de acesso a créditos para especular no mercado financeiro. Um exemplo recente ocorreu com a agroindústria canavieira que utilizou tais recursos para especular com derivativos cambiais. Diversas usinas de açúcar e etanol tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando o ciclo de alta nos preços das commodities e a valorização do real nos anos anteriores à crise de 2008. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. O setor somou um prejuízo de mais de \$4 bilhões de reais nos negócios com câmbio em 2011 (Pitta, 2013). Coincidentemente, em janeiro de 2012 o governo brasileiro liberava \$4 bilhões de reais para o agronegócio canavieiro somente para a

renovação de suas lavouras (Xavier, Pitta e Mendonça, 2014).

A crise econômica mundial de 2008 gerou uma mudança no perfil do agronegócio no Brasil e estimulou a presença de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras, automotivas e petroleiras. Esse processo ocorre principalmente através de fusões e aquisições, causando maior concentração de capitais. As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terras, subsidiárias, entre outros. Assim, o preço de suas ações passa a ser parte fundamental do valor de mercado e torna-se parâmetro para que consigam crédito.

Conforme Belluzzo (2012), a capacidade de uma empresa adquirir financiamento para continuar a investir em montantes mais elevados está diretamente atrelada ao seu tamanho, ou seja, aos valores de seus ativos. A necessidade da compra de terras e máquinas, combinada com a tendência de especulação nos mercados financeiros para obter lucros acima da média determinam a expansão atual do capitalismo dito “produtivo”. Ao modernizarem o processo de produção, as empresas do agronegócio substituem força de trabalho por máquinas, inviabilizando ainda mais a acumulação, o que retroalimenta a necessidade do endividamento e a especulação financeira.

## O capital financeiro e a industrialização da agricultura

O estágio atual do capitalismo demonstra a relação de contradição e complementaridade entre o capital agrícola e industrial ou entre setores rurais e urbanos. A chamada *industrialização* da agricultura se insere no âmbito da relação contraditória entre crise e acumulação do capital. O Estado, por sua vez, cumpre o papel de mediador de empréstimos bancários para o agronegócio, o que representa trabalho acumulado na forma de mais-valia social, ou promessa de

<sup>3</sup>Para acessar tais dados, favor observar o “Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014”. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf).

trabalho futuro, na forma de seu endividamento, para financiar insumos industriais na agricultura.

A concentração de capital por empresas transnacionais nos setores de insumos e comércio agrícola se consolidou principalmente a partir da adoção do dólar como moeda internacional, o que gerou uma “disponibilidade financeira em todo o mundo capitalista” (Oliveira 1998, p. 202). No Brasil esse período foi marcado pelo chamado “milagre econômico” (1969 – 1973), quando se intensificou a industrialização da agricultura, principalmente com a entrada em maior escala de capitais internacionais e com o aumento das importações industriais.

No início dos anos 1970 este processo de aparente expansão resultou em uma crise econômica mundial. Os principais efeitos nos países periféricos foram oscilações cambiais e aumento das taxas de juros, que geraram a crise da dívida ou a chamada “década perdida” nos anos 1980. Segundo Oliveira, “Em 1986 o serviço da dívida chegou a corresponder a cerca de 96% das receitas brasileiras de exportações” (ibidem, pp. 302-303). Naquele período, a prioridade do apoio estatal à agricultura extensiva e mecanizada foi justificada como necessária para saldar a dívida externa e garantir “equilíbrio” na balança comercial. Entretanto, a própria dependência de insumos industriais na agricultura também contribuiu para os déficits na balança comercial.

Chesnais (2005) analisa o papel do capital financeiro na atualidade a partir de políticas de desregulamentação do sistema de crédito iniciadas na década de 1950. A hegemonia econômica dos Estados Unidos e o projeto de “reconstrução” na Europa durante o período pós-Segunda Guerra (1945) geraram acumulação de capital proveniente de salários e aposentadorias no sistema bancário. Além da concentração bancária, outras instituições passaram a comandar operações com o capital portador de juros, entre estas, fundos de pensão e empresas de seguros. Este movimento representou

enorme transferência de mais-valia social para o setor privado.

A industrialização da agricultura no Brasil demandou a substituição da base técnica agrícola por insumos industriais, a partir de uma política particular de crédito governamental e de comércio exterior que incluiu incentivos fiscais e novos financiamentos para infraestrutura. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR – 1965), que oferecia financiamento subsidiado através de bancos estatais, foi essencial para alavancar a industrialização do setor. Entre 1969 e 1976, o aumento médio anual do crédito rural no Brasil foi de 23,8% (Delgado 1985, p. 46). Este ritmo de expansão do mercado de dinheiro para a agricultura está relacionado com elementos de instabilidade e crise econômica, com capitais financeiros ociosos em busca de rendimentos. Como consequência, os anos 1980 e 1990 foram marcados pelo estímulo à aplicação de políticas de *ajuste estrutural* de acordo com o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em um contexto no qual o capital financeiro determina o processo produtivo, é importante notar que a adoção de um sistema de juros flutuantes se constitui como fator adicional que aprofunda a especulação financeira e a formação de monopólios agroindustriais com acesso privilegiado a juros subsidiados pelo Estado. Os juros, segundo Marx (1983), seriam uma parte da mais-valia apropriada pelo proprietário de dinheiro e controlada pelo setor bancário. Este tipo de recurso, comumente chamado de *investimento* e interpretado como *custo* ou *risco* dos capitalistas, se constitui em transferência de mais-valia social para o setor privado.

Consequentemente é possível concluir que o *produto* do agronegócio não seria, por exemplo, soja, gado, cana-de-açúcar, laranja ou eucalipto, mas sim apropriação de capital, seja na forma financeira, através de dívidas, ou da extensão da fronteira agrícola no sentido de apropriar forças

produtivas naturais monopolizáveis como terra, água e biodiversidade. Tal constatação não significa que a *natureza* produza valor. A propriedade da terra no modo capitalista de produção representa uma abstração que só se converte em valor a partir da produtividade do trabalho. Samir Amin refere-se a esse tipo de distinção e esclarece que:

Não se trata de saber se a natureza existe ou não; ela existe, bem entendido, intervenham ou não as ‘forças da natureza’ no processo produtivo, e é lógico que intervêm. A questão é saber quais as condições sociais que regulam o acesso à utilização destas forças (Amin 1977, p. 14).

Na agricultura capitalista, além de uma maior imobilidade de capital constante gerada pela dependência de insumos industriais, a terra como base produtiva também se constitui em um limite para a circulação de capitais. O mercado de terras, caracterizado por operações financeiras com base em títulos de propriedade, assume a função de “descongelar e financiar aplicações fixas de capital” (...) como “faces conexas, mas distintas da operação autônoma do capital financeiro” (Delgado 1985, p. 194). O autor esclarece que o significado particular da propriedade da terra nos moldes capitalistas é explicado por ser “um bem natural não reproduzível”, que se constitui em “títulos patrimoniais monopolizáveis (ações, obrigações e títulos da dívida pública) e, ainda, o dinheiro”. E completa, “É da lógica financeira homogeneizar os diferentes rendimentos de diferentes títulos” (ibidem, pp.195-196). Essa afirmação esclarece a relação entre o mercado de terras e o mercado financeiro, que se entrelaçam no movimento de crise-acumulação de capital.

A alternância entre momentos de circulação (expresso no mercado de dinheiro) e de imobilidade do capital (que se expressa em “ativos” financeiros das empresas, como terra e capital constante) tem como objetivo apresentar tais ativos como “garantias” para acesso a crédito. A especulação com o preço da terra, (como

veremos adiante com o caso da Radar S/A) facilita a circulação de capital em sua forma financeira ou fictícia. A expansão do mercado de terras combina a atuação de empresas bancárias, seguradoras, imobiliárias e industriais. O Estado cumpre um papel central nesse processo, como agente de financiamento e de concessão de terras públicas para o setor privado.

A criação do conceito de agronegócio, como forma de gerar uma moldura ideológica para a intensificação da industrialização da agricultura, ocorreu em um contexto determinado pela reprodução crítica do capital. Ao descrever a Fórmula Trinitária, que caracteriza a relação capital-terra-trabalho no modo capitalista de produção, Marx critica a percepção fetichista através da qual o produto do capital *aparece* como lucro, o produto do trabalho *aparece* como salário e a terra *aparece* como fonte de renda. O conceito de Fórmula Trinitária esclarece que esses elementos são formas da mais-valia convertida em lucro de capital, salário dos trabalhadores e renda da terra através da forma particular que o trabalho abstrato assume nas relações sociais capitalistas:

(...) o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica. (...) Aqui temos, portanto, uma forma social determinada, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (...) Valor é trabalho. Mais-valia não pode ser, por isso, terra. Absoluta fertilidade do solo faz apenas com que certo quantum de trabalho dê certo produto, dependendo da fertilidade natural do solo. (...) E, por fim como terceiro elemento nessa união, um mero fantasma: “o” trabalho, que não é nada mais que uma abstração” (Marx, Livro III, Tomo II, 1983, pp. 269-270).

O método de Marx tem como base a relação dialética entre *essência* e *aparência* ou *abstração concreta*. Nestes termos, a *aparência* é entendida como abstração que se expressa ou se *concretiza* nas relações sociais capitalistas. Como o movimento principal de desenvolvimento das

forças produtivas no capitalismo se dá através da busca pela valorização do valor, a produção de mercadorias seria *um mal necessário* (Grossman, 1929), pois a determinação principal é a acumulação de capital. Este movimento gera uma contradição do capital para com ele mesmo, pois a busca por valorização ou por aumento na taxa de lucro leva ao desequilíbrio em sua composição orgânica, ou seja, na relação entre trabalho vivo (capital variável) e trabalho morto (capital constante). A partir dessa definição, Marx observou que a queda tendencial da taxa de lucro é simultânea ao aumento da massa de capital, que se caracteriza em crise de superacumulação. Portanto, esta “mudança gradual na composição do capital” significa que: “o crescimento paulatino do capital constante precisa, em relação ao capital variável, ter necessariamente por resultado *uma queda gradual na taxa de lucro geral*, com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do trabalho pelo capital (Marx, Livro III, Tomo I, 1983, p. 154). Esta citação esclarece que a chamada *crise de superprodução* não se dá pelo subconsumo ou por desequilíbrio entre oferta e demanda, mas pela desproporcionalidade entre capital constante e variável.

A busca por valorização leva ao aumento da composição orgânica do capital e à produtividade do trabalho, o que significa impossibilidade de explorar trabalho como fonte do valor. Kostas Vergopoulos (1977, p. 80) sugere que a diferenciação na composição orgânica do capital permite “fluxos e transferências” de mais-valia social, porém “não se apresenta como restrição externa e absoluta, mas como um limite interno constantemente deslocado pelo movimento do capital”. O papel do comércio exterior no capitalismo, ou a incorporação de setores produtivos com uma composição orgânica menos elevada como a agricultura, é determinado, portanto, pela busca de valorização.

A singularidade da relação capital-trabalho no capitalismo é fundamentalmente o conceito de trabalho como *abstração concreta*, nos termos de Marx. O desenvolvimento das forças produtivas, que produz *não-trabalho* ou o chamado *exército de reserva*, pode levar à incapacidade de o capital explorar trabalho. A contradição, portanto, deve ser entendida a partir da relação entre capital constante e variável e não entre trabalhadores e máquinas (Grossman, 1929). Nesse sentido, o *produto* do capital é o valor ou a busca pela valorização do valor e, portanto, os avanços tecnológicos só serão estimulados se significarem maior possibilidade de extração de mais-valia. A concorrência serviria como fator determinante no desenvolvimento das forças produtivas e, simultaneamente (dialeticamente), como elemento de *racionalidade* ou de *coerção*, nos termos de Marx, em um movimento predominantemente *irracional* de crescente formação de monopólios ou concentração de capitais, gerado pela própria concorrência e, ao mesmo tempo, eliminando a concorrência capitalista<sup>4</sup>.

A formação de monopólios assegura poder suficiente para que grandes empresas possam demandar acesso a créditos e subsídios, o que expressa uma crise de sobreacumulação através do aumento da composição orgânica do capital. Mandel caracterizou este processo como “crise de supercapitalização” que ocorreria quando, “a massa total de mais-valia disponível não permite mais assegurar a todos os capitais a taxa de lucro esperada” (Mandel 1990, p. 33). A crise acentua o processo de *descolamento* do capital-dinheiro em relação ao processo produtivo, estimulando maior exportação de capitais para a *periferia* do sistema, em busca de valorização. É neste contexto que se inserem a crise das dívidas dos países periféricos

---

<sup>4</sup> Segundo Marx, “Nenhum capitalista emprega um novo método de produção, por mais produtivo que seja ou por mais que aumente a taxa de mais-valia, por livre e espontânea vontade, tão logo ele reduza a taxa de lucro. (...) Mas a concorrência generaliza-o e submete-o à lei geral. Então se inicia o descenso na taxa de lucro” (Marx, Vol. IV, Livro III, Tomo I, 1988, p. 189).

na década de 1980 e a sua industrialização da agricultura.

Chesnais (2005, p.38) observa que, “O afluxo de recursos não investidos se acelera no início dos anos 70, à medida que o dinamismo da ‘idade do ouro’ (1945 – 1970) se esgota. Os governos foram obrigados a prolongar sua duração por meio de elevada criação de crédito”. A continuidade dos sistemas de crédito a partir da década de 1990 é garantida através da criação de novos mecanismos financeiros, que permitiriam a renegociação das dívidas dos Estados nacionais. A raiz deste processo está na forma particular ou na *aparência* que a propriedade privada adquire, caracterizada como “propriedade patrimonial”, ou seja, através da figura do “proprietário-acionista” ou “rentista” (ibidem, p. 48).

Esse é o sentido do capital fictício (Marx, 1983, L. III, seçãoV), que *aparece* como criador de mais-dinheiro sem a passagem pelo processo produtivo. É a *aparência* de autovalorização do dinheiro que constitui seu caráter fetichista, comparado de maneira irônica por Marx com a capacidade “de uma pereira” que é “de dar peras” (Marx, Livro III, Tomo I, 1983, p. 279). Ou seja, o fetiche seria a *naturalização* da ilusão de autovalorização do dinheiro. Dessa forma, rodadas prolongadas de criação de capital fictício e seu descolamento da base real de produção de valor por meio da exploração do trabalho são causas dos fenômenos de crise capitalista (Kurz, 1995).

A partir da crise de superacumulação que marcou a década de 1970, novos mecanismos de desregulamentação do sistema financeiro internacional propiciaram o aumento do fluxo de capitais para países periféricos, o que veio a constituir a chamada “crise da dívida” nos anos 1980. Nesse período se iniciam as políticas neoliberais como forma de criação de capital fictício e de garantia de novos fluxos de mais-valia social para empresas transnacionais, especialmente em setores de bens essenciais de

consumo com potencial de gerar lucratividade como energia, agricultura, mineração, telecomunicações, água, saneamento, saúde, educação. A privatização de fundos de previdência e aposentadoria aprofundou a acumulação financeira, combinada com os pagamentos de serviços da dívida externa a juros flutuantes. A exportação de capitais para países periféricos ocorreu como forma de aumentar a extração de mais-valia através da busca por força de trabalho mais barata e por apropriação de matérias primas, assim como de circular capital financeiro na forma de dívidas. Essa estratégia foi facilitada pela formulação de políticas neoliberais de *abertura* comercial com o objetivo de facilitar o fluxo mundial de commodities. Tal movimento global fez parte da lógica de acumulação do capital em sua fase monopolista, que se manifesta em forma de crise através do processo contraditório que combina “quedas nas taxas de lucro em fases de rápida acumulação financeira” (Chesnais 2005, p. 60).

O mercado de terras e o mercado financeiro se entrelaçam no movimento de crise-acumulação de capital. A alternância entre momentos de circulação (expresso no mercado de dinheiro) e de imobilidade do capital (que se expressa em ativos financeiros das empresas, como terra e capital constante) tem como objetivo apresentar tais ativos como garantias para acesso a crédito, o que estimula a acumulação de capital com base em novas dívidas.

### **O caso da agroindústria canavieira e sua determinação pelo capital fictício**

O endividamento da agroindústria canavieira foi estimulado durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), no bojo da *industrialização* da agricultura e acompanhou a ampliação da dívida externa brasileira, a partir da oferta de capitais internacionais ociosos em busca de valorização por meio de créditos aos países periféricos. A principal fonte de crédito para a agroindústria

canavieira foi criada pelo Proálcool (Pitta, 2011), lançado em 1975, que destinou créditos subsidiados a juros reais negativos para este setor.

A partir da crise das dívidas na América Latina em 1983, a capacidade de endividamento do Estado brasileiro se esgotou. A redução da oferta de créditos causou a falência de diversas usinas e a diminuição da produção de etanol. Após 1986, com a moratória brasileira, a forma de rolagem da dívida externa foi transformada. A crise estimulou a criação de novos mecanismos de circulação do capital financeiro por parte dos países credores. Tais mecanismos permitiram a ampliação da circulação de dinheiro, o que gerou um processo de precificação dos títulos do Tesouro Nacional, possibilitando novas rodadas de acesso a créditos no início dos anos 1990, pouco antes da renegociação da dívida externa brasileira em moratória, que ocorreu em 1994 com o Plano Brady (idem, 2013).

A criação de mercados secundários de títulos de dívidas e de mecanismos de securitização aumentou a oferta de dinheiro nos mercados financeiros. Com isso, nos anos 2000 ocorreu uma mudança na forma da dívida brasileira, que se internalizou e cresceu exponencialmente. Paralelamente, observou-se a retomada da expansão da agroindústria canavieira (Xavier, Pitta e Mendonça, 2012), estagnada ao longo dos anos 1990. Portanto, há um entrelaçamento entre os mecanismos de expansão dos mercados financeiros, da agroindústria e do mercado de terras. O setor foi afetado novamente após a crise financeira internacional em 2008, quando diversas usinas entraram em falência com a redução de acesso a crédito. Este fato demonstra a contínua necessidade do agronegócio rolar suas dívidas, desde o período do Proálcool até a recente expansão do setor. A rolagem das dívidas ocorre em um contexto de prevalência do capital financeiro em diversos setores econômicos considerados “produtivos”.

O capital financeiro estabelece o próprio dinheiro como mercadoria, que gera mais dinheiro podendo ou não passar pelo processo produtivo de valor (Marx, 1983). Quando o agronegócio acessa créditos para saldar dívidas anteriores caracteriza este capital como fictício (ibidem), pois sua remuneração extrapola a capacidade de exploração do trabalho. A partir dos anos 1990 novos mecanismos financeiros foram criados com a abertura de ações em bolsa e os investimentos de fundos de pensão no agronegócio, permitindo a rolagem de dívidas como forma de reprodução capitalista.

Esta forma predominantemente fictícia (ibidem) do capital financeiro nem sempre determinou o movimento do capitalismo. Tal processo se configurou principalmente a partir da década de 1990 com a desregulamentação do sistema financeiro em nível nacional e internacional. No Brasil, a partir do período marcado por políticas neoliberais (1990 – 2002), as remessas de lucros dos investidores estrangeiros foram flexibilizadas, o que permitiu a entrada de capitais para negociar com títulos da dívida interna e sua saída para realização de seus rendimentos. Esse procedimento diz respeito à chamada “securitização das dívidas” (Belluzzo, 2012) e permite que não apenas um banco ou financista empreste dinheiro, mas que diversos investidores possam aplicar em um mesmo ativo financeiro.

Entre tais ativos encontram-se, atualmente, dívidas e ações de usinas de açúcar e etanol, assim como títulos da dívida brasileira que são negociados em mercados secundários. A necessidade de rolagem da dívida interna (que superou a dívida externa a partir da década de 2000) estimulou linhas de créditos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o agronegócio. Estes créditos foram pautados pela alta dos preços das commodities agrícolas a partir de 2003 e sua negociação nos mercados de futuro.

Tal ciclo internacional teve início no contexto de quebra dos preços das ações negociadas na Bolsa Nasdaq (Delgado, 2012). O estímulo à exportação de commodities fomentou a alta dos juros dos títulos da dívida interna brasileira.

A elevação dos preços das commodities possibilitou maior endividamento das usinas no Brasil, que passaram a contrair dívidas em dólar com a expectativa de exportação futura de açúcar (commodity negociada na bolsa de Nova York) junto a *tradings*. As usinas fizeram promessas de produção futura para justificar sua expansão territorial e mecanização, o que elevou o preço da terra. As promessas de produção para pagar dívidas anteriores fomentaram novo endividamento e também nova expansão. O entrelaçamento entre agronegócio e capital financeiro aprofundou a superexploração do trabalho. A mecanização da produção de commodities expulsa trabalho do processo produtivo e acirra a concorrência entre os trabalhadores, que acabam por se submeter a condições mais degradantes (Pitta, 2011).

### O papel da empresa Radar Propriedades Agrícolas

Após a crise econômica mundial de 2008, a possibilidade de o agronegócio acessar crédito com base em promessas de produção futura diminuiu significativamente (Pitta, 2013). Diversas usinas endividadadas em dólar entraram em falência e os preços das commodities tiveram forte queda<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Segundo a reportagem “Usinas do Centro-Sul têm dívidas de R\$ 56 bi” sobre a safra de 2012 – 2013: “Considerando uma amostra de 68 grupos com moagem total de 390 milhões de toneladas, o Itaú BBA estimou para o segmento um lucro operacional (Ebitda) de R\$14,4 bilhões, despesas financeiras de R\$5,5 bilhões e investimentos (Capex) de R\$13,4 bilhões, o que gerou um potencial de aumento do endividamento de R\$4,5 bilhões. Assim, a dívida líquida de R\$56 bilhões alcançada ao fim do ciclo 2012/13 já equivale ao faturamento bruto do segmento, estimado também em R\$56 bilhões pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)”. *Valor Econômico*, 24 de maio de 2013 (<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/usinas-centro-sul-dividas-56bi-240513/>).

É nesse contexto que ocorrem a diversificação de negócios e as fusões entre empresas para acessar novos capitais a juros. Um exemplo foi a constituição da empresa Radar Propriedades Agrícolas em 2008, tendo como principais acionistas a Cosan (com 18,9%) e a Mansilla (sócia majoritária), para especular com terras agrícolas. Dados de 2012 indicam que a Radar controlava 151.468 hectares avaliados em R\$ 2,35 bilhões<sup>6</sup>. Em relação a 2011 a variação de seu portfólio foi de 93%, quando o preço das terras subiu em média 56% (Moreira 2013, pp. 58 e 59).

A principal fonte do capital da Radar é a empresa TIAA-CREF, que administra fundos de pensão nos Estados Unidos avaliados em um total de US\$ 487 bilhões e possui a TIAA-CREF Global Agriculture, que atua nos mercados internacionais de terra. A TIAA-CREF capta capital a juros de outras fontes, como dos fundos de pensão sueco AP2 e do canadense Caisse de Dépôtset Placementdu Quebec. Para atuar no Brasil, a TIAA-CREF Global Agriculture criou a Mansilla, uma *holding* brasileira de capital estrangeiro, associada às empresas Radar e Cosan.

Os ganhos de capital da Cosan são provenientes de outros mecanismos financeiros, já que em 2005 a empresa abriu seu capital em Bolsa de Valores. A abertura de capital é um patamar de financeirização diferenciado, já que as ações podem ser negociadas em Bolsa de Valores independentemente da produção de mercadorias, o que constitui uma forma de capital fictício. A abertura de capital funciona como capitalização ou como promessa de produção futura de mercadorias, que retroalimenta a alta das ações, a promessa de expansão e o acesso a capital

<sup>6</sup> Conforme reportagem “Negócio de terras ‘inventado’ pela Cosan já vale R\$ 2,3 bi e pode ajudar ações”: “A Radar, uma imobiliária *high tech* de fazendas, que segundo analistas possui valores “escondidos”, passará a fazer parte do balanço da empresa Cosan”. *IG Notícias*, São Paulo, 28 de novembro de 2012: <http://economia.ig.com.br/empresas/2012-11-28/negocio-de-terras-inventado-pela-cosan-ja-vale-r-23-bi-e-pode-ajudar-acoes.html>.

financeiro de empréstimo<sup>7</sup>. Em 2008, a Cosan se associou à Shell para formar a empresa Raízen, que estimulou a concentração da produção de etanol pelo setor petrolífero (Xavier, Pitta e Mendonça, 2011).

A especulação com terras agrícolas representa nova rodada de capitais ociosos em busca de rendimentos depois do ciclo de alta das commodities (2003 – 2008),<sup>8</sup> que promoveu aumento exponencial do preço da terra agricultável. O negócio consiste em extrair renda da comercialização de terras com base em sua precificação. Os grandes montantes investidos retroalimentam o aumento do preço das terras e sua remuneração é gerada a partir deste movimento de capital fictício. Diversas empresas nos moldes da Radar surgiram neste período. A SLC, maior produtora de grãos do Brasil, administra a SLC Land com fundos internacionais para compra, venda e arrendamento de terras. Oliveira (2010) demonstra que o objetivo destas empresas não é o controle direto sobre a terra, mas a renda do negócio.

O capital financeiro promove uma espécie de “terceirização” dos negócios com terras, em analogia ao trabalho terceirizado predominante no corte de cana. De forma semelhante, fundos internacionais se isentam de responsabilidade por impactos econômicos, sociais e ambientais causados pela especulação no campo brasileiro, já que não são proprietários diretos das terras. A expansão territorial do agronegócio ocorre principalmente em regiões ricas em fontes de água, biodiversidade e infraestrutura. Esse contexto estimula a crise, já que o agronegócio se expande com o objetivo de remunerar o capital imobilizado na forma de investimentos em mecanização e na crescente necessidade de aquisição de insumos químicos. Os impactos são alarmantes e deixarão consequências para a capacidade produtiva da agricultura no Brasil, que continua a basear suas políticas na superexploração do trabalho e de recursos naturais.

<sup>7</sup> “Dinheiro como meio de pagamento” (Marx,1983) significa que trocas de qualquer tipo, incluindo máquinas e trabalhadores, serão pagas no futuro.

<sup>8</sup>Delgado (2012) demonstra que com a queda dos preços das commodities nos anos 1990 houve retração do preço da terra em oposição ao movimento de subida durante a ditadura militar e ao processo que se desencadeou, de subida daqueles preços, a partir de 2003.

## Bibliografia

- Amin, S. (1977). O capitalismo e a renda fundiária, in: *A Questão Agrária e o Capitalismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Belluzzo, L. G. (2012). *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP.
- Chesnais, F. (2005). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Delgado, G. C. (1985). *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas: Editora da UNICAMP/Ícone Editora.
- . (2012). *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Grossman, H. (1929). *Law of the Accumulation and Breakdown*. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/grossman/1929/breakdown/ch03.htm>. (Acesso em: 26/05/2014).
- Kurz, R. (1995). A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, 16-17.
- Mandel, E. (1990). *A Crise do Capital*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Marx, K. (1983). *O Capital – Crítica da Economia Política*. 5 Volumes. São Paulo: Abril Cultural.
- Moreira, L. (2013). *A Corporação Cosan e a Conquista de um Território em Torno de sua Usina de Etanol em Jataí, Goiás (2007-2012)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, UFRJ.
- Oliveira, A. U (1998). *A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial*, in: Ross, J., *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- . (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês, *Revista Agrária*, 12. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702>.
- Pitta, F. T. (2011) *Modernização Retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH-USP, São Paulo.
- . (2013). *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. Texto de Qualificação de pesquisa de doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).
- & Mendonça, M. L. (2012). O Etanol e a Reprodução do Capital em Crise, *Revista Agrária*, 13, p.4-33.
- Vergopoulos, K. (1997). *Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo*. Em *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Xavier, C. V.; Pitta, F. T; Mendonça, M. L. (2011). *Monopólio na Produção de Etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell*. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões. Disponível em: <http://www.social.org.br>.
- . (2014). *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões. Disponível em: [http://www.social.org.br/Empresas\\_transnacionais\\_e\\_producao\\_de\\_agrocombustiveis\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf).